

Emenda vetada pelo STF chega a 30% das cidades

Emenda vetada pelo STF resiste e chega a 30% das cidades em ano eleitoral

Gov. Lula pagou R\$ 1,9 bi em 2024 de valores pendentes de anos anteriores; Planalto e Congresso afirmam seguir ordem do Supremo

DELTA FOLHA

Natália Santos, Flávio Ferreira e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA As transferências de dinheiro público com baixa transparência e sem critério técnico realizadas por meio das chamadas emendas de relator somaram R\$ 1,9 bilhão em 2024 e devem ter impacto direto nas eleições em quase 1,7 mil cidades do país, 30% do total de municípios brasileiros.

Essa forma de direcionamento de recursos federais por deputados e senadores ganhou relevância no governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL), foi proibida no fim de 2022 pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e continua no governo Lula (PT).

Depois do banimento pelo STF, as emendas de relator foram retiradas dos orçamentos seguintes da União, mas ainda têm aplicação na prática por meio de um mecanismo chamado "restos a pagar".

Trata-se de valores que já haviam sido reservados pelo Executivo antes da decisão do Supremo e que entram como uma espécie de pendência para os anos seguintes.

Em geral, os restos a pagar das emendas de relator são de convênios e obras públicas pagas em parcelas. A liberação dos recursos depende do avanço das obras.

O governo Lula herdou R\$ 16,3 bilhões, no Orçamento de 2023, em restos a pagar das emendas de relator.

Em valores absolutos, a cidade do Rio de Janeiro foi a mais beneficiada pelos pagamentos desse tipo de emenda em 2024. Ao todo, a capital fluminense recebeu R\$ 68,6 milhões em transferências até o dia 9 de julho.

Considerando a população da cidade de 6,2 milhões de residentes, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, o recurso equivale a cerca de R\$ 11,05 para cada carioca.

A maior parte da verba destinada ao Rio de Janeiro em 2024 foi aplicada em obras na avenida Brasil. O dinheiro para o serviço foi empenhado, ou seja reservado no orçamento, em 2020.

A cidade que mais angariou recursos herdados do governo de Bolsonaro, por habitante, foi Cutias, no Amapá. O montante transferido ao município corresponde a R\$ 1.576,97 para cada gameleirense. Segundo o Censo Demográfico de 2022, a cidade tem 4.461 habitantes e o valor total recebido de emendas foi de R\$ 7 milhões.

Segundo dados do portal orçamentário Siga Brasil, o principal enquadramento oficial usado para justificar as transferências de valores foi apoio à política nacional de desenvolvimento urbano voltada à implantação e qualificação viária, que inclui as obras de pavimentação nos redutos eleitorais dos congressistas, com R\$ 554 milhões.

A segunda maior ação governamental que recebeu emendas de relator foi apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado à assistência comunitária, que foi responsável por abarcar R\$ 462 milhões. Na terceira posição ficou apoio à política nacional de desenvolvimento de infraestrutura urbana com um repasse de R\$ 271 milhões.

As emendas pagas por Lula

Cidades ainda recebem valores de emendas proibidas pelo STF em 2022

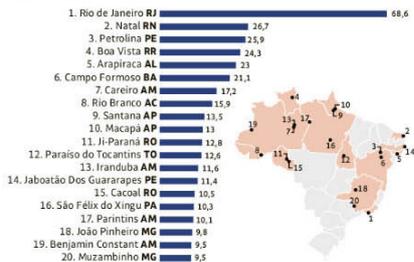
Valores envolvidos em emendas de relator

Em bilhões de R\$, corrigidos pelo IPCA



Municípios que mais receberam pagamentos em 2024*

Em milhões de R\$



Infografia: Nicholas Preto
* Até 9 jul. 2024
Fonte: Siga Brasil

“Friso que todas as práticas viabilizadoras do ‘orçamento secreto’ devem ser definitivamente afastadas, à vista do claro comando deste Supremo Tribunal declarando a inconstitucionalidade do atípico instituto”

Flávio Dino ministro do STF, ao agendar audiência para discutir o possível descumprimento do veto às emendas

em 2024 abarcam os três anos de emendas de relator. Do total pago, R\$ 680 milhões se referem à emenda apresentada em 2020, R\$ 1 bilhão de emendas de 2021 e R\$ 275 milhões de emendas de 2022.

A maior parte do R\$ 1,9 bilhão pago pela atual gestão neste ano eleitoral, a um total de 1.697 cidades, foi direcionada para órgãos públicos municipais, que totalizaram o recebimento de R\$ 1,6 bilhão.

Na segunda posição estão órgãos públicos estaduais e o Distrito Federal (RS 143 milhões), seguido de empresas do setor privado com R\$ 96 milhões, entidades sem fins lucrativos (R\$ 25 milhões) e empresas do setor público (R\$ 21 milhões).

Os recursos saíram do orçamento de 25 órgãos do governo, dentre ministérios, fundos e empresas públicas.

A pasta que mais pagou essas emendas foi o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que desembolsou R\$ 1,2 bilhão.

Na segunda posição está o Ministério da Agricultura e Pecuária, com R\$ 167 milhões, seguido da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), com R\$ 137 milhões. O Ministério da Defesa está na quarta posição com R\$ 104 milhões.

Em junho, o ministro do Supremo Flávio Dino determinou a realização de uma audiência para discutir o possível descumprimento da decisão da corte que declarou a inconstitucionalidade das emendas de relator.

Dino afirmou à época que não havia ocorrido “a comprovação cabal nos autos do

pleno cumprimento dessa ordem judicial”.

“Friso que todas as práticas viabilizadoras do ‘orçamento secreto’ devem ser definitivamente afastadas, à vista do claro comando deste Supremo Tribunal declarando a inconstitucionalidade do atípico instituto”, ressaltou.

O magistrado marcou a audiência para o dia 1º de agosto. O repasse de emendas bilionárias com baixa transparência tomou-se um símbolo das negociações entre Congresso Nacional e Planalto durante a gestão Bolsonaro.

As emendas em geral são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. Como mostrou a Folha, a prioridade do Congresso é atender redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.

Depois que o STF proibiu as emendas de relator, o Congresso contornou o veto e encaixou verbas em emendas de bancada e comissão, que também não apontam o verdadeiro padrinho político da verba.

Durante a campanha de 2022, Lula chamou as emendas de relator de o “maior esquema de corrupção da atualidade”, “orçamento secreto” e “bolsolão”.

As negociações por verba, porém, seguem com baixa transparência e sob influência no Congresso dos mesmos atores que atuavam na gestão Bolsonaro. No caso da Câmara, o próprio presidente, Arthur Lira (PP-AL), é um dos responsáveis pela partilha de verbas de comissão.

Continua na pág. A6

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4